International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)
Peer-Reviewed Journal
ISSN: 2349-6495(P) | 2456-1908(O)
Vol-8, Issue-8; Aug, 2021
Journal Home Page Available: https://ijaers.com/
Article DOI: https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.88.38

The Pitaguary Ethnicity Sociobiodiversity and Sustainability Practices in Maracanaú, Ceará, Brazil

Práticas de Sociobiodiversidade e Sustentabilidade da Etnia Pitaguary em Maracanaú, Ceará, Brasil

Antônio Roberto Xavier[1], Bárbara Eleodora Santiago Gomes[2], Andréa Yumi Sugishita Kanikadan[3], Rosalina Semedo de Andrade Tavares[4], José Gerardo Vasconcelos[5]

[1]Doutor e Pós-doutor em Educação (UFC), Pós-doutor em Educação (UFPB), Professor Permanente do Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) e do Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará, Brasil.
[2]Mestranda do Curso de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS), da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará, Brasil.
[3] Doutora em Ecologia Aplicada (USP), Professora Adjunta do Curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará, Brasil.
[4]Doutora e Mestra em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (USP), Professora Associada Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará, Brasil.
[5]Doutor em Sociologia (UFC) e Pós-doutor em Educação (UFPB), Professor Titular de Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Brasil.

Received: 15 Jul 2021,

Received in revised form: 12 Aug 2021,

Accepted: 18 Aug 2021,

Available online: 26 Aug 2021

***Keywords*— Sociobiodiversity, Sustainability. Indigenous People, Pitaguary, Maracanaú-CE.**

***Abstract*— The aim of this paper is to identify the socio biodiversity practices that take place in the Pitaguary community and how these cultural practices reflects in the sustainability of their space. Socio biodiversity and sustainability are two concepts which belong to the life of indigenous people. They are fundamental to an ecological balanced environment and to the quality of life of human beings. The relationship established with nature combined with the traditional knowledge in the natural resources management to produce many items of the biodiversity make these people real natural universe specialists. The indigenous people possess an immeasurable cultural legacy in regard of the biodiversity and sustainability. The natural resources extraction and the harmonic relationship established with the nature elements are undoubtedly unique and it results in sustainability. It was carried out an ethnography study investigating the ancestral traditional practices of socio biodiversity and sustainability in the Pitaguary ethnicity known as "Santo Antônio do Pitaguary". The community is located closest to the Santo Antônio dam in the Maracanaú city, Fortaleza metropolitan region in the Ceará State, Brazil. The method consisted of an exploratory-descriptive study with a qualitative approach and the use of interviews and direct observation as techniques. The results highlight that the ancestral culture and memory are present in the socio biodiversity practices of the Pitaguary community. Moreover, they reveal the importance of the traditional knowledge in the*

biodiversity preservation for sustainability.

Resumo

O escopo central dessa investigação é identificar quais as práticas da sociobiodiversidade e estão presentes na comunidade e como essas refletem culturalmente no alcance da sustentabilidade no/do espaço dos Pitaguarys. A Sociobiodiversidade e a sustentabilidade são dois conceitos que fazem parte intrinsecamente da vida dos povos indígenas e são indispensáveis para o ambiente ecologicamente equilibrado e para a qualidade de vida humana. A predominante relação com a natureza aliada ao conhecimento tradicional utilizado no manejo dos recursos naturais para a fabricação de diversos produtos da biodiversidade faz desses povos verdadeiros especialista do universo natural. Os povos indígenas possuem um legado cultural imensurável a respeito da biodiversidade e, por conseguinte, da sustentabilidade. A maneira como eles extraem os recursos naturais e ao mesmo tempo se relacionam harmoniosamente com os elementos da natureza é sem dúvida algo singular e proporcionador da sustentabilidade. Foi realizado um estudo de cunho etnográfico sobre as práticas tradicionais ancestrais de sociobiodiversidade e sustentabilidade da/na etnia Pitaguary conhecida como "Santo Antônio do Pitaguary", localizada próxima à barragem de Santo Antônio, no Município de Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa com técnicas de coleta de entrevistas e observação direta. Os resultados mostram que a cultura e a memória ancestrais dessa etnia estão muito presentes no acontecimento da sociobiodiversidade, bem como evidenciam a importância de seus conhecimentos tradicionais na preservação da biodiversidade para a sustentabilidade.

Palavras-chave: *Sociobiodiversidade, Sustentabilidade, Povos Indígenas, Pitaguary, Maracanaú-CE*

I. INTRODUÇÃO

O convívio harmônico entre humanidade e meio ambiente tem sido cada vez mais ameaçado pela ganância. O homem ao longo dos anos vem poluindo os solos, ar e as águas, desmatando florestas e matas, exterminando animais e vegetais, desequilibrando o planeta. Esses são apenas alguns dos efeitos dessa sociedade moderna que em nome do "desenvolvimento econômico" se apropria dos recursos naturais irresponsavelmente sem mensurar as consequências dessas ações para a biodiversidade e para as futuras gerações.

Em vista dessa situação, observa-se um esforço de muitas organizações ambientalistas em difundir com maior ênfase a ideia de sustentabilidade através das mídias e das campanhas de conscientização ambiental. Entretanto, percebe-se que tais ações ainda não são suficientes para mudar esse cenário de caos ambiental. A complexidade do problema exige uma reflexão mais profunda sobre a sustentabilidade em um processo de educação e reeducação socioambiental.

Na tentativa de resgatar na cultura ancestral o apego à natureza, diversos movimentos e grupos ativistas têm levantado a bandeira de reconstrução da nossa identidade legitimamente brasileira de conservação da nossa fauna e flora. Nesse contexto, destacam-se os povos indígenas, pois podem falar com propriedade sobre o que significa a cultura ancestral de apego a natureza.

Nesse sentido, a justificativa para essa pesquisa se deu pela importância em compreender a sociobiodiversidade e a sustentabilidade dentro de uma comunidade indígena a partir de suas práticas, costumes, saberes e conhecimentos tradicionais para demostrar como a cultura e a memória ancestral indígena estão presentes nessas práticas, bem como evidenciar a importância dos seus conhecimentos tradicionais na preservação da natureza.

Dessa maneira, este artigo apresenta resultados preliminares de um estudo em andamento a respeito da sociobiodiversidade e da sustentabilidade na comunidade Pitaguary, onde buscou-se identificar as práticas e a práxis da sociobiodiversidade e da sustentabilidade na comunidade indígena conhecida como "Santo Antônio do Pitaguary", localizada próxima à barragem de Santo Antônio, no Município de Maracanaú-CE.

A comunidade de Santo Antônio do Pitaguary é uma das comunidades da etnia Pitaguary, as outras estão localizadas no Horto, no Olho d'Água, ambas em Maracanaú (CE), e na Munguba, localizada no município de Pacatuba (CE). Entretanto, a comunidade de Santo Antônio encontra-se em evidência pois além de ser a que possui maior exuberância em recursos naturais, também é o local de intensas lutas pela demarcação das terras indígenas Pitaguary[1].

Atualmente a comunidade sobrevive principalmente da agricultura, da caça, da pesca, da criação de animais e do artesanato. Nesse sentido, a problemática para esse estudo envolveu conhecer melhor quais as práticas da sociobiodiversidade são desenvolvidas pela comunidade indígena Santo Antônio do Pitaguary, bem como discutir a importância dessas práticas na sustentabilidade local e identificar se os costumes e conhecimentos tradicionais

envolvidos nessas práticas ainda permanecem preservados e quais foram modificados.

Além disso, pretende-se analisar a práxis envolvida nas atividades da comunidade, para isso, levou-se em consideração a práxis como a ação transformadora do homem sobre o mundo, onde essa ação pode ser entendida como uma atividade prática amparada na reflexão[2].

Pautado nessas definições de práxis, busca-se compreender como a comunidade Pitaguary reflete sobre suas práticas objetivando identificar as transformações sentidas e produzidas não só externamente mas interiormente.

O artigo foi subdividido nas seguintes partes: esta introdução, a metodologia utilizada, uma breve conceituação dos povos tradicionais, a discussão e análise dos resultados, as conclusões e os referenciais bibliográficos utilizados.

II. METODOLOGIA

O estudo elegeu como procedimento técnico a pesquisa etnográfica com a abordagem qualitativa essencialmente descritiva, onde se buscará conhecer a história da comunidade, quais os rituais de cuidado do espaço onde estão inseridos, como é o cotidiano dos moradores e qual a influência do entorno.

A pesquisa etnográfica "visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia-a-dia em suas diversas modalidades. Trata-se de um mergulho no microssocial, olhando com uma lente de aumento"[3]. Nesse sentido, busca-se adentrar o universo da comunidade indígena Pitaguary não somente pela observação, mas na própria imersão no campo pesquisado. Os processos mentais de um ser humano é complexo e diverso, por isso "devemos nos aproximar da realidade sociocultural do outro com nossos processos mentais comuns para entender seu produto sociocultural sempre diverso do nosso"[4].

Na opinião do mesmo autor "umas das recomendações básicas para o etnógrafo no trabalho de campo é compreender o "outro" numa relação de constantes transformações cíclicas "do estranho em familiar" e do familiar em estranho"[4]. Para isso, "ao menos no que o consciente permite, é necessário que durante os momentos de estranhamento nas leituras do "outro", esforcemo-nos em eliminar ao máximo nossas bagagens disciplinares e pré-conceitos"[4].

Dessa forma, pretende-se realizar não apenas uma simples coleta de dados mas a "produção de dados" pelo convívio e estabelecimento de relações, cruzando olhares e ultrapassando estranhamentos de modo a transcrever a realidade da maneira mais fiel possível.

Com relação à natureza das fontes, a pesquisa se caracteriza como sendo de campo onde "o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador"[3].

As técnicas de coleta de dados são a observação, as entrevistas abertas e semiestruturadas, com o intuito de melhor compreender a partir das falas dos entrevistados a relação da comunidade com suas práticas, o estudo documental, o instrumento do caderno de nota para registrar os sentimentos e a motivação dos atores no momento de execução de suas atividades e as fotos para o registro daquilo que se chama de "momentos extremamente ricos em que a imagem se fixa no tempo, uma fração do real, mostrando que um fato é único"[5]. O embasamento teórico do estudo foi realizado com a pesquisa bibliográfica, "a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados"[3].

III. POVOS TRADICIONAIS, SOCIOBIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE

O conhecimento tradicional diz respeito aos saberes e práticas de um povo acumulados e transmitidos de geração em geração. Tais conhecimentos possuem estreita relação com a biodiversidade e por essa razão foram definidos como o conhecimento que os povos tradicionais possuem sobre a diversidade biológica e suas propriedades, refletidos na cultura e nas práticas de cada povo[6]. O mesmo autor afirma que considera legítimo o direito de propriedade intelectual desses povos, tendo em vista que compõem uma coleção de invenções da mente e do espírito comunitário, repassados e aprimorados no decorrer do tempo. Como exemplos de populações tradicionais: os indígenas, os caboclos ribeirinhos, os quilombolas e os pescadores artesanais, onde a ocupação do espaço, a utilização dos recursos naturais e a produção agrícola são a base do trabalho familiar e voltadas para a subsistência[6].

Uma outra definição diz que o conhecimento tradicional representa um "conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração"[7]. Isso por que nas sociedades tradicionais, especialmente as indígenas, o mundo natural, sobrenatural e social se inter-relacionam[7].

Nesse contexto, merecem destaque o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional

de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e reconhece os povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), assinada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. A CDB desempenhou um importante papel ao reconhecer a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais.

Esse reconhecimento encontra amparo no entendimento de que a diversidade biológica não se restringe ao meio natural, ela também adentra o âmbito cultural e social, tendo em vista que a biodiversidade faz parte de diversas maneiras da vida social e cultural das comunidades tradicionais e também da sociedade moderna. Em muitos casos os saberes surgem da evolução simultânea da sociedade e seus ambientes naturais[7]. "É a cultura enquanto conhecimento que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, além de retirar espécies, colocar outras e enriquecendo assim a própria sociobiodiversidade ou etnobiodiversidade"[8].

Esses povos possuem um profundo conhecimento sobre a natureza e seu ciclos adquirido pela considerável convivência com ela, como também conhecem bem o espaços físicos onde produzem economicamente e se organizam socialmente[9]. É essa notória conexão que os povos tradicionais têm com a biodiversidade que damos o nome de sociobiodiversidade. Esta, diz respeito ao modo como as diferentes culturas se relacionam com a biodiversidade[10].

A sociobiodiversidade ressalta a convivência harmônica entre homem e natureza, onde o modo próprio de viver e produzir de cada comunidade tradicional não prejudica o meio ambiente.

A partir do estudo da sociobiodiversidade é possível compreender como as comunidades tradicionais se relacionam com a natureza, os benefícios dessa relação para ambos e entender como os conhecimentos sobre a biodiversidade vão sendo repassados de geração em geração através da oralidade; os mais velhos ensinando aos mais jovens como viver na natureza, como manipular seus recursos, como extraí-los, usá-los e conservá-los.

As experiências e saberes compartilhados ao longo do tempo fizeram desses povos tradicionais possuidores de uma incalculável bagagem cultural de cuidado com o meio ambiente. Ao direcionarmos nosso olhar para intensa e extensa degradação da natureza resultante da exploração desmedida dos recursos naturais, é possível entender mais claramente a importância deles na preservação da biodiversidade e na sustentabilidade. Os povos tradicionais ao tempo em que se utilizam dos recursos naturais também os preservam, contribuindo para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por isso, dar visibilidade ao conhecimento tradicional, ao mesmo tempo em que evidencia a importância dos povos tradicionais, contribui para a inclusão de coletividades excluídas historicamente, desafiando antigas concepções, herança de um Brasil colônia[11].

Nesse contexto, merece destaque os povos indígenas, detentores de um vasto e profundo conhecimento sobre a biodiversidade, adquirido pela convivência diária com os elementos naturais e consolidado por meio da relação de dependência com a natureza. Diante da importância do conhecimento dos povos indígenas sobre a biodiversidade, assegurar os direitos desses povos é assegurar a sustentabilidade, pois eles protegem o espaço natural ondem residem e preservam sua biodiversidade mesmo diante de todas intimidações sofridas contra seu modo de viver[12].

Em face da atual exploração dos recursos naturais para saciar o apetite consumista da nossa sociedade em detrimento da biodiversidade, será possível notar o quanto a cultura indígena tem sido expressiva para a sustentabilidade. Sobre tal questão, ao longo do tempo a sociedade foi adotando um modelo de vida resultante de uma "concepção" de que os recursos naturais são inesgotáveis. Desse modo, o mesmo autor alerta que é imperativa uma mudança cultural, dentro do conceito de sustentabilidade, pois dela depende a sobrevivência humana[13].

IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tupi, Guarani, Tupinambá, Tapuia, Xavante, Kamayurá, Yonamani, Kadiweu, Txukarramãe Kaingang, Krahô, Kalapalo, Yawalapiti. São nomes que pisaram e pulsam no chão dessa terra chamada Brasil, formando suas raízes, troncos, galhos e folhas. Os indígenas que os colonizadores encontraram no litoral do Brasil, eram oriundos principalmente das tribos de tronco tupi e já viviam aqui alguns séculos antes. Estima-se que a população indígena do território brasileiro à época da chegada dos europeus, variava de dois a oito milhões de índios, dentre mil etnias diferentes[14,15,7].

Quando os portugueses chegaram às terras do Brasil acharam o modo de viver dos nativos muito diferente daquilo que estavam acostumados. Em razão do olhar eurocêntrico, adotaram uma postura de superioridade em relação a eles. Por causa dessa postura, sentiam-se no direito de impor sua cultura aos nativos de qualquer

maneira, nem que para isso fosse necessário subjugá-los ou até matá-los[16].

A discrepância entre a quantidade de índios do período colonial e da atualidade chega a assustar. É lamentável e ao mesmo tempo muito doloroso dizer, que a ocupação histórica do Brasil foi marcada pelo sangue do índio. A disseminação de epidemias, apropriação de territórios e submetimento genocida e etnocida das populações originais, alimentou até a década de 70 a crença no desaparecimento irresistível desses povos[7].

Mesmo diante de todas as atrocidades sofridas eles não foram extintos. Apesar de representar apenas 0,2% da população brasileira, os aproximadamente 300 mil índios, constitui uma imensa sociobiodiversidade. São 206 povos indígenas com cerca de 180 línguas e sociedades diferenciadas, vivendo em milhares de aldeias espalhadas de norte a sul do país[7].

Apesar de serem considerados extintos na segunda metade do século XIX pelas autoridades cearenses, os índios intensificaram sua luta pelo reconhecimento étnico cultural nas mais diversas localidades do estado do Ceará[17].

Na cultura indígena, os rios, as árvores, os animais e a terra são parte da sua identidade ancestral. A natureza faz parte de sua família e por isso eles não se percebem sem ela. Assim como o viver na natureza e retirar dela o necessário para o seu sustento é algo natural, preservá-la também é algo que ocorre de maneira natural, espontânea, pois está interiorizada e exteriorizada na cultura, na memória e na relação de interdependência. Uma característica marcante dessa cultura é o respeito aos ciclos naturais e à capacidade de recuperação da biodiversidade. Trata-se de uma cultura que valoriza a sustentabilidade mais do que a exploração econômica, pois enxerga a natureza através de uma simbologia ancestral. Para o índio, o sistema de manejo dos recursos naturais se baseia em um complexo conjunto de símbolos, mitos e conhecimentos empíricos[7].

Diferentemente, para o colonizador a única coisa que o movia ao olhar para a exuberante biodiversidade brasileira era a ânsia por encontrar riqueza, que se intensificou a partir do momento em que percebeu a vastidão territorial e o potencial natural da terra recém-descoberta. Aos poucos, a linguagem nativa foi sendo substituída pelo idioma do colonizador, suas práticas religiosas e culturais foram sendo difundidas violentamente. Os "índios", como foram chamados, passaram de livres para escravos, de caçadores para caça. O encontro com os portugueses "mudou total e radicalmente seu destino, foi a introdução no seu mundo de um protagonista novo, o europeu. Embora minúsculo, o grupelho recém-chegado de além-mar era superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas"[15].

A chegada do europeu representou uma nova formatação no plano étnico-cultural, um novo povo formava-se da língua e costumes dos índios, negros, e europeus. Era o povo brasileiro que nascia da mistura dessas matrizes à medida que elas se desfaziam[15]. Ao longo da história, os colonizadores buscaram de diversas formas aculturar os povos indígenas, e não só eles, mas também os afrodescendentes.

Apesar de todo o esforço dos colonizadores, esses povos resistiram bravamente para manter viva sua cultura e transmiti-la para seus descendentes, pois apesar da toda a violência sofrida, cultural e física, e do genocídio, "a memória e os traços identitários étnico-culturais desses povos nativos ainda podem ser encontrados nos mais diversos rincões deste país por meio do patrimônio histórico-cultural"[18].

Mesmo considerando o índio um "ser inferior" culturalmente, seus saberes e sua cultura não foram totalmente desprezados pelos europeus, na verdade tornaram-se essenciais para o colonizador português que frente ao desconhecido, utilizou diversas técnicas, costumes e conhecimentos da cultura indígena para sobreviver nas matas e florestas do Brasil[7]. Desses preciosos conhecimentos podemos citar, por exemplo, na alimentação, que naquela época baseava-se no plantio de diversas culturas: o milho, a mandioca, a abóbora, o feijão, o amendoim, a batata-doce etc. Nas coletas de frutas nativas: o maracujá, a pitanga, a goiaba, a banana, o caju. Além da caça e pesca. Há ainda a adoção de técnicas de plantio indígenas (roça consorciada, itinerante, com base na queimada, tipo "slash-and-burn"), de artefatos como as peneiras, os pilões, o ralo, o tipiti e outros implementos que fazem parte da cultura rústica brasileira[7].

É incontestável o legado cultural indígena e é inquestionável sua riqueza. A enorme quantidade de elementos herdados da cultura indígena está enraizada nesse Brasil de norte a sul, com "[...] as técnicas de fabrico e uso de canoas, da jangada, de tapagem, redes e armadilhas de pesca, de cobertura de casas rurais com material vegetal, o uso da rede para dormir etc."[7].

O índio tem genialidade e espírito criativo, não se pode usurpar sua contribuição cultural e social, pelo contrário, é indispensável reconhecer de forma mais efetiva sua participação cultural e social na história desse país.

Tudo que o índio queria era simplesmente continuar sendo "um ser livre" na sua terra, mas a opressão do colonizador foi tão grande que muitos povos indígenas adentraram o Brasil ocupando novas terras. Um dos grandes responsáveis pela ocupação indígena no Brasil

foram os aldeamentos jesuítas que mais tarde foram transformados em vilas pombalinas, conhecidas como as vilas dos índios no Brasil[19].

Na capitania do Ceará grande, os aldeamentos jesuíticos transformados em vilas pombalinas foram Aldeia da Caucaia, Aldeia da Parangaba, Aldeia da Paupina, Aldeia da Paiacu e Ibiapaba que se transformaram respectivamente em Vila de Soure, Vila Nova, Vila de Arroches, Vila de Mecejana, Vila de Monte-Mor e Vila Viçosa Real[19]. Darci Ribeiro acreditava que a passagem da aldeia para vila não introduziu as populações indígenas na sociedade, longe disso, percebeu-se que o índio passou a viver ao lado das cidades que se formavam ao redor dos aldeamentos sem mesclar-se a elas[20].

Atualmente muitas comunidades indígenas vivem em zonas rurais periféricas aos grandes centros urbanos sobrevivendo da caça, da pesca da colheita de frutas, do artesanato, da agricultura e etc. Também é importante mencionar que muitos grupos indígenas estão localizados em zonas urbanas, onde vivem, em muitos aspectos, de modo similar ao do "não índio", entretanto, preservando ainda inúmeras práticas, ritos e crenças ancestrais.

Apesar de diversas etnias indígenas viverem em áreas urbanizadas, sua cultura permanece viva, suas práticas com a natureza também e por essa razão uma das suas maiores reivindicações é pela posse da terra para praticar suas ritualidades e perpassar seus conhecimentos aos seus descendentes.

Os povos indígenas foram vítima do colonizador opressor no passado, e no presente continuam sendo vítima da indiferença da sociedade civil e do poder público que demostram pouco interesse em desenvolver políticas públicas mais eficazes que valorizem a cultura indígena que tanto contribuiu na formação desse país, garantindo a posse de suas terras e proporcionando condições dignas de vida para a população.

É notória ainda a dificuldade em reconhecer a importância da cultura indígena na formação social e cultural do nosso país. Reconhecer não somente a contribuição histórica, mas também a atual, pois esses povos ainda residem, resistem e mantém vivas suas tradições, sua cultura e suas práticas. Um exemplo disso é a comunidade indígena Santo Antônio do Pitaguary, localizada no município de Maracanaú, na localidade conhecida por Santo Antônio.

Os Pitaguary residem ao pé da serra entre Maracanaú e Pacatuba[1]; sobrevivendo principalmente da caça, pesca e do plantio de milho, feijão, mandioca, jerimum e outra culturas. Além disso, são detentores de um amplo conhecimento sobre ervas e plantas medicinais. Também são peritos na fabricação de "colares, pulseiras e brincos feitos com penas, sementes, coco e palha"[1].

Os artesanatos são produzidos com a matéria-prima extraídas na própria localidade, além de lindas peças de cerâmica pintadas a mão, onde o barro é extraído na própria aldeia e a tinta é produzida pelos próprios índios a partir de sementes e plantas nativas. Chama atenção também os bordados produzidos pelas mulheres da aldeia (o fuxico e o crochê), as roupas confeccionadas com a fibra do tucum e as bolsas e cestos feitos de palha, além dos adornos usados nas festividades feitos de fibras vegetais e penas de aves criadas na comunidade. Esses são apenas alguns exemplos das práticas desenvolvidas na comunidade Pitaguary.

A comunidade e o açude receberam o nome de "Santo Antônio" por causa de uma história contada pelos mais antigos a respeito de uma imagem de Santo Antônio que aparecia no "buraquinho", localizado próximo ao açude[21]. Ainda conforme a história, a autora relata que, quando a imagem era retirada e colocada na capela, construída especialmente para ela, sempre voltava misteriosamente para o buraquinho. O fato chamou a atenção de muitos e o lugar de tornou sagrado sendo visitado pelos devotos do santo[21].

Descendentes dos Potiguaras, as terras atualmente habitadas pelos índios Pitaguary já eram habitadas por seus antepassados. Formada por um povo gentil o hospitaleiro, a comunidade reside nessas terras há muitos anos, mas somente no ano de 2000 teve suas terras delimitadas conforme o Relatório da Fundação nacional do índio de 03 de julho de 2000, o que representou uma grande conquista para esse povo[22].

Umas das ações que contribui para a demarcação das terras indígenas dos Pitaguary, foi o reconhecimento e o apoio do poder público de Maracanaú, por meio da promulgação da sua lei orgânica, em 10 de abril de 1990, onde declarou-se o absoluto respeito ao povo indígena e seus descendestes, e a moção de apoio ao Povo Pitaguary publicada, em 1993, pela Câmara Municipal de Maracanaú[22].

Para o índio a terra é um lugar sagrado onde conserva suas memórias, sentimentos, símbolos e tradições. Nela, eles refletem não só sobre os seres vivos e não vivos que compõem os espaços, mas também os elementos imaginários e seus significados. A mangueira, por exemplo, considerada sagrada, símbolo da mãe natureza, é uma memória viva na cultura Pitaguary. O toré, dança sagrada, representa a união do povo, sendo uma das manifestações mais importantes[21].

Os seres encantados também entram no universo imaginário Pitaguary, como a caipora protetora da mata,

diz a lenda que ela só dava permissão para caçar àqueles que deixassem um punhado de fumo para ela[21].

É a partir dessas e de outras narrativas que segundo a autora Pinheiro "se torna possível para os membros Pitaguary cristalizar a ideia já presente no imaginário de simbiose entre o mundo humano e o mundo natural. Essa simbiose é que permite colocar para e a partir do índio a função de "salvador" da floresta, dos rios, dos solos, enfim da terra"[21].

A terra para o índio é um cenário mágico, repleto de encantos, que traz para a alma o sentimento de pertencimento e de autoconhecimento. É o lugar onde o índio planta, colhe, cria, sofre, luta, enfrenta batalhas e guarda suas memórias como o seu tesouro mais precioso. E são essas memórias a fonte que brota as narrativas que se espalham através do tempo, dos espaços repletos de significados, das atividades de caça, pesca e agricultura, das histórias de infância, dos guerreiros, caçadores, pajés, curandeiros, das lendas de caipora[21].

Além de terra, da cultura, das memórias, da natureza, o índio precisa de saúde, de educação, segurança, trabalho, respeito, direitos. O índio precisa de políticas públicas que os alcance, considere suas singularidades e proporcionem qualidade de vida para essa população.

V. CONCLUSÕES

Nessa pesquisa, pretendeu-se discutir como a cultura indígena permanece viva por meio das danças, símbolos, ritos, memórias, festas, manifestações artísticas e práticas. A amostragem inicial desse estudo indica que a comunidade Pitaguary guarda um rico patrimônio cultural sobre a biodiversidade, transformando-a em ações que geram trabalho renda e sustentabilidade.

Por isso esse estudo buscou reafirmar a importância dos povos indígenas principalmente no que diz respeito a uso dos recursos naturais e trazer uma reflexão sobre o que podemos aprender com eles, com seus saberes, costumes e práticas para a preservação da biodiversidade e sustentabilidade.

Defronte a descontrolada exploração dos recursos naturais, a sustentabilidade se mostra um caminho para se construir culturalmente uma consciência socioambiental de respeito ao meio ambiente, entretanto, esse caminho possui muitos desafios. Mas o que se mostra um desafio para a "sociedade moderna", para os povos indígenas é parte de sua identidade cultural, o que nos leva a refletir sobre a importância deles para a preservação da biodiversidade e para o incentivo à sustentabilidade.

A Constituição Federal, lei máxima de nosso país, em seu artigo 231, trata a respeito do reconhecimento da cultura indígena quando declara que "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens"[23]. Sendo assim, cabe ao estado e ao povo brasileiro buscar proteger e valorizar a cultura dos povos indígenas.

Diante do exposto, é inegável como a cultura e a memória ancestral indígena estão presentes nas práticas da sociobiodiversidade e como eles refletem a sustentabilidade. Considerando a importância de seus conhecimentos tradicionais na preservação da biodiversidade, valorizar a cultura indígena e dar visibilidade às suas práticas de preservação da natureza, consiste em uma estratégia de conscientização ambiental.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 através do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP/PROPPG/UNILAB).

REFERÊNCIAS

[1] GOMES, Alexandre; VIEIRA, João Paulo; MUNIZ, Juliana. Povos indígenas do Ceará: organização, memória e luta. Fortaleza, CE: Ribeiro's, 2007.

[2] VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. Filosofia da Práxis, trad. Luiz Fernando Cardoso, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[3] SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. – 23. ed. ver. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

[4] CAMPOS, Márcio D.'. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas. Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas, v. 1, n. 1, 2002.

[5] OLIVEIRA, Andre Barbosa de. Escola Itá-Ara: a afirmação da identidade Pitaguary através da escola diferenciada. 2016. 151f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE).

[6] DE GREGORI, Isabel. Os conhecimentos tradicionais e a biodiversidade: Direitos intelectuais coletivos ou monopólio da natureza? In: TYBUSCH, Jerônimo Siqueira; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de; SILVA, Rosane Leal da. (Org.). Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSM. 1 ed. Ijuí: Unijuí, 2013, v. 1, p. 139-172.

[7] DIEGUES, Antônio Carlos. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. 2000.

[8] DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 50, 2019.

[9] SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e Novos Direitos. A proteção Jurídica da diversidade biológica e cultural. São Paulo: Fundação Peirópolis. 2005.
[10] ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de. O direito da sociobiodiversidade. In: Direitos Emergentes na Sociedade Global: anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSM. Org. Jerônimo Siqueira Tybusch; Luiz Ernani Bonesso de Araujo; Rosane Leal da Silva. Ijuí: Unijuí, 2013, pp. 269-291.
[11] MOREIRA, Eliane. Conhecimentos tradicionais e sua proteção. T&C Amazônia, p. 33-41, 2007.
[12] PINTO, André Luís Aires; MATOS, Maria Jardenes de; RUFINO, Maria do Socorro Moura. O conhecimento etnográfico dos Tremembé da Barra do Mundaú, Ceará. Interações (Campo Grande), v. 19, n. 1, p. 15-28, 2018.
[13] FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. Sociedade do Lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental. In: Sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental. Unimep, 1995.
[14] JECUPÉ, Kaka Werá. A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. Editora Peirópolis, 1998.
[15] RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
[16] GOMES, Alessandro Martins; DA ROCHA, Roberto Barroso. Descobrimento/achamento, encontro/contato e invasão/conquista: a visão dos índios na descoberta da América Portuguesa. identidade!, v. 21, n. 1, p. 91-109, 2016.
[17] XAVIER, Maico Oliveira. Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil-trabalho, terras e identidades indígenas em questão. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
[18] XAVIER, Antônio Roberto; VASCONCELOS, José Gerardo. Povo kanindé de Aratuba-CE: história, afirmação étnico-cultural e educação. Revista Cocar, v. 12, n. 24, p. 472-500, 2018.
[19] SILVA, Isabelle Braz Peixoto da et al. Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. 2003.
[20] RIBEIRO, Darcy. 1970. Os índios e a civilização. Petrópolis: Vozes
[21] PINHEIRO, Joceny de Deus. Arte de contar, exercício de rememorar: história memória e narrativa dos índios Pitaguary. 2002.
[22] FUNAI. Relatório da Fundação Nacional do Índio; Brasília, 2000 Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-de-identificacao-e delimitacao-da-ai-pitaguary-resumo>. Acesso em: 24 out. de 2019.
[23] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.